





# Jornal O DIA SP

\*continuação

Garantia dos empréstimos: Banco do Brasil - imóveis, aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Banco Itaú - aval; Banco Santander - título de capitalização e aval; Daycoval - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Banco Bradesco - aplicação financeira, Sifra FIDC - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval; Banco C6 Bank - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval, C6 Bank - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval; Banco ABC - cessão fiduciária de direitos creditórios, Banco Votter cessão fiduciária de direitos creditórios e aval.

## 11. Obrigações tributárias

Descrição	2024	2023
PIS	230.776	343.576
Cofins	1.063.401	1.588.891
IRRF	3.378.710	1.850.190
ISS	3.737.996	2.693.343
IOF	175.550	119.267
Parcelamentos	14.771.213	12.220.002
Compensação de impostos	(4.904.089)	(3.975.399)
Outros	55.851	73.476
	<b>18.509.208</b>	<b>14.913.346</b>
Passivo circulante (Obrigações tributárias)	3.737.995	2.693.344
Passivo circulante (Parcelamento de tributos)	4.584.322	3.135.811
Passivo não circulante (Parcelamento de tributos)	10.186.891	9.084.191

## 12. Obrigações sociais; trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2024	2023
FGTS a recolher	717.666	546.888
INSS a recolher	4.606.643	1.119.393
Salários e ordenados	4.955.669	3.520.325
Provisão de férias e encargos sociais	3.434.222	3.901.869
Outros	114.800	200.841
	<b>13.829.000</b>	<b>9.289.316</b>

## 13. Provisões para contingências trabalhistas

Descrição	2024	2023
Contingências	110.000	110.000
	<b>110.000</b>	<b>110.000</b>

A Companhia não possui processos em andamento com perspectiva de perdas possíveis.

## 14. Obrigações tributárias diferidas

Descrição	2024	2023
Imposto de renda	2.969.770	2.411.576
Contribuição social	1.781.862	1.446.945
PIS	1.142.573	734.783
Cofins	5.290.454	3.413.557
IRPJ/CSLL sobre prejuízos fiscais	(5.545.060)	(2.551.749)
Saldo de impostos a compensar	(1.854.270)	(2.455.548)
	<b>3.785.329</b>	<b>2.999.566</b>

Diferimento de impostos sobre prestação de serviços com contratos de clientes públicos. **(a) Saldos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

Descrição	2024	2023
Prejuízo fiscal IRPJ	4.070.897	1.869.933
Base negativa da CSLL	1.474.163	681.816
	<b>5.545.060</b>	<b>2.551.749</b>

IRPJ - Parcela de lucros de contratos celebrado com pessoa jurídica de direito público	2.969.770	2.411.576
CSLL - Parcela de lucros de contratos celebrado com pessoa jurídica de direito público	1.781.862	1.446.945
	<b>4.751.632</b>	<b>3.858.521</b>

**(b) Conciliação da despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Descrição	2024	2023
Prejuízo/Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.138.618)	5.486.816
Adições no período	7.735.039	7.552.275

Descrição	2024	2023
Exclusões no período	(11.400.277)	(10.781.963)
<b>Lucro/Prejuízo antes da compensação</b>	<b>(8.803.856)</b>	<b>(2.257.128)</b>
Compensação limitada a 30% por ano do lucro real	-	(677.138)
<b>Prejuízo/Lucro fiscal</b>	<b>(8.803.856)</b>	<b>(1.579.990)</b>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Prejuízos fiscais e base negativa acumulada	(16.379.589)	(7.575.734)
Diferenças permanentes líquidas	(24.000)	(24.000)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social corrente</b>	<b>-</b>	<b>(513.196)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais</b>	<b>(5.545.060)</b>	<b>(2.551.749)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>-</b>	<b>(513.196)</b>
Corrente	-	(975.030)
Diferido	2.100.199	2.100.199
	<b>2.100.199</b>	<b>(1.488.226)</b>

**15. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 38.000.000 (2023 - R\$ 17.900.000) e representado por 38.000.000 (2023 - 17.900.000) ações com valor nominal de R\$ 1,00. A Companhia celebrou em 31 de dezembro de 2024 o aumento do capital social de R\$ 20.100.000,00 mediante capitalização de aporte dos contratos de adiantamento para futuro aumento de capital - AFACs realizados em 31 de dezembro de 2023 e 01 de novembro de 2024, nos valores de R\$ 1.165.000,00 e 2.089.500,00 respectivamente, investidos pela acionista com recursos próprios e no dia 29 de novembro de 2024 no valor de R\$ 16.593.769 que corresponde a créditos devedores da acionista contra seus sócios por meio de cessão de direitos e capitalização da Reserva de Lucros no valor de R\$ 251.731. Os AFACs e a reserva de lucros foram aprovados para integralização de capital em AGE em realizada 31 de dezembro de 2024. **b) Reserva legal:** É constituída na razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social. **c) Reserva de retenção de lucros:** O lucro do exercício está sendo destinado e mantido em reserva para fazer frente a investimentos planejados pela Administração. A destinação final será efetuada em Assembleia a ser realizada futuramente, a qual observará a adequação do saldo aos limites previstos no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

## 16. Receita operacional líquida

Descrição	2024	2023
Receita operacional bruta	179.308.258	158.659.310
(-) ISS sobre receita operacional	(7.791.337)	(7.477.107)
(-) Cofins sobre receita operacional	(12.632.081)	(11.306.067)
(-) PIS sobre receita operacional	(2.742.491)	(2.454.607)
(-) Medições não efetivadas	(304.853)	(251.333)
	<b>155.835.496</b>	<b>137.170.196</b>

## 17. Custo de prestação de serviços

Descrição	2024	2023
Pessoal	(75.014.808)	(63.131.660)
Encargos sociais sobre custos com pessoal	(27.977.032)	(23.597.408)
Benefícios aos empregados	(9.301.770)	(8.933.670)
Ferretos	(11.181.957)	(9.711.608)
Locações e condomínio	(1.735.249)	(1.532.285)
Viagens	(1.469.424)	(1.592.813)
Cartórios, cópias e correios	(184.804)	(143.620)
Contratuais	(744.495)	-
Outras	(197.575)	(288.492)
	<b>(127.807.114)</b>	<b>(106.531.554)</b>

## 18. Despesas administrativas e gerais

Descrição	2024	2023
Pessoal	(6.558.671)	(4.526.013)
Encargos sociais s/ custos com pessoal	(1.967.930)	(2.193.147)
Benefícios aos empregados	(1.188.555)	(1.127.572)
Terceiros	(3.456.477)	(2.695.441)
Locações e condomínio	(513.924)	(647.957)
Viagens	(103.145)	(118.924)
Cartórios, cópias e correios	(55.623)	(57.172)
Seguro	(212.724)	(223.333)
Processos judiciais	(59.584)	-
Provisões legais	-	(171.000)

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de

não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia; Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2025.

**BDO**

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

André Silva Moura  
Contador - CRC 1 SP 300564/O-7





# AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

Instituição Financeira Depositária das Ações Escriturais - BANCO ITAU S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## 1. MENSAGEM DA DIRETORIA

A Azevedo & Travassos S.A. ("Companhia" ou "ATSA") é uma holding de construção, serviços de engenharia e projetos de infraestrutura com presença em todo o território nacional. Fundada em 1922 pelos engenheiros Francisco Azevedo e Francisco Travassos, a Companhia sempre desempenhou um papel de protagonismo no mercado brasileiro de infraestrutura e construção, tendo sido pioneira em diversos projetos e áreas de atuação. A partir de dezembro de 2019, a Companhia realizou um bem-sucedido processo de "turn around", no longo do qual a companhia conseguiu reestruturar seu passivo tributário, trabalhista e civil, ampliou sua atividade operacional, construiu um backlog sólido focado nos investimentos em infraestrutura financeiros pelo setor privado, adquiriu a Heftos Oleo & Gás Construções S.A., dentre outros marcos operacionais de maior envergadura, que serão tratados em detalhes abaixo. Ao longo do exercício de 2022 e início de 2024 a Companhia preparou e iniciou a execução de seu planejamento estratégico para voltar a operar ativos de produção de petróleo, atividade que ensejou sua IPO no decênio de 1980 e que agora foi concluída com a cisão dessa atividade em novo IPO. Em AGE realizada em 18/10/2024 os acionistas da Companhia aprovaram a cisão da subsidiária Azevedo & Travassos Energia S/A (ATE), juntamente com suas subsidiárias ATP e Phoenix, listando-as como uma única companhia, independente da ATSA, no mercado de capitais brasileiro. Na mesma AGE foi aprovada a incorporação das empresas, MKS Soluções Integradas S.A (MKS) por R\$ 675.547 mil e Congem Investimentos S.A. (Congem) por R\$ 75.453 mil, totalizando o valor de R\$ 751.000 mil. Essas transações de grande envergadura demonstram a postura sempre pioneira dos dirigentes da Companhia, a fim de acompanhar os ciclos da economia do País, e que exigiu um planejamento estratégico aliado intimamente a uma segurança de ciclo financeiro. Tudo o que foi construído só foi possível pelo esforço, a capacidade e o comprometimento de centenas de pessoas, que, imbuídas de espírito colaborativo e trabalhando em prol de um objetivo comum, são capazes de gerar riqueza para a sociedade. Por fim, estamos confiantes que o Grupo Azevedo & Travassos seguirá adiante rumo a um futuro promissor, superando desafios, incrementando novas áreas de operação e, nesse processo, gerando valor para a sociedade e para nossos acionistas e investidores. A criação de novas áreas de atuação estão em pleno desenvolvimento e que projetam crescimento a partir de pontos de possibilidade a tornarem uma importante referência de atuação em todos os setores do mercado em que atua.

## 2. HEFTOS OLEO E GÁS S/A

A Heftos é uma empresa especializada em prestação de serviços para o setor petrolífero em unidades e plantas existentes, onshore e offshore, o que inclui execução de ampliações, reformas e manutenções de suas instalações (Projetos Brownfield). Por meio de sua base de apoio operacional localizada em Macaé-RJ, a Heftos possui atualizados contratos em andamento para adequação de refinarias e manutenção de plataformas de produção offshore. A Azevedo & Travassos S.A. concluiu o processo de integração da Heftos desde sua aquisição em dezembro de 2021. Desenvolveu novos processos e políticas corporativas, implantou integralmente o sistema ERP Protheus, que permitiu uma efetiva racionalização dos seus custos e uma uniformidade de Gestão, Planejamento e Execução Operacional compatível com as demais subsidiárias do Grupo. Após a conclusão do processo de integração da Heftos ao ambiente corporativo da Azevedo & Travassos S/A a Heftos retomou o crescimento de seu pipeline, que atualmente é de cerca de R\$ 12 bilhões. Além do crescimento orgânico do seu pipeline, a Heftos viveu excelente oportunidade de ampliação de seu portfólio com o recente anúncio da Petrosbras sobre o início de seu programa de descomissionamento de plataformas de petróleo, cujo valor de investimento é previsto em cerca de US\$ 9,8 bilhões e o início destas oportunidades de licitação para o término das instalações remanescentes do PNEST e do antigo COMPERL, hoje denominado Polo de Boaventura, cujo valor de investimento para o conjunto destas oportunidades alcança o montante de R\$ 11 bilhões, onde a Heftos conseguiu sua pré qualificação para execução de grandes projetos EPC. A Heftos tem acompanhado de perto o desenvolvimento dessas oportunidades, internamente, por meio da melhoria de seus controles, fortalecimento de sua estrutura de capital e o reforço de seu quadro de colaboradores, e externamente, por meio da formalização de parcerias estratégicas com empresas de engenharia e prestação de serviços especializados e fornecedores de equipamentos, visando a integração de soluções completas, com excelência de custos e prazos.

## 3. AZEVEDO E TRAVASSOS PETRÓLEO S/A

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de junho de 2023, decidiu incorporar a Azevedo & Travassos Petróleo S/A (ATP), subsidiária integral para exploração de óleo e gás no Brasil e no exterior. Reconhecida como a primeira empresa nacional de capital privado a obter sucesso na produção de óleo e gás natural no Brasil, a Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), deu início às suas atividades de pesquisa e exploração na década de 1980, por meio de contratos de risco com a Petrosbras. Ao longo dos anos, a empresa assinou contratos com blocos exploratórios, investiu em poços pioneiros e descobriu quatro campos terrestres de óleo e gás, conquistando reconhecimento técnico e comercial. Para financiar esse projeto a ATSA realizou sua IPO em 1984. Desde 1984 até o ano 2020, ano em que ocorreu a venda dos ativos exploratórios, a ATSA produziu com êxito óleo e gás no nordeste do Brasil. Agora, com a incorporação da subsidiária, integral ATP (Azevedo & Travassos Petróleo S.A.), que conta com uma equipe técnica altamente qualificada e um valioso know-how na exploração e produção de óleo e gás, a Azevedo & Travassos S.A.

está pronta para aproveitar as novas oportunidades que se apresentam no mercado. A estratégia da Companhia abrange desde a consolidação de micro e pequenos operadores de campos maduros terrestres até a participação em licitações para produção e exploração em áreas onshore disponibilizadas pela ANP. Além disso, a Azevedo & Travassos S.A. está empenhada em explorar concessões em países de língua portuguesa, especialmente em nações africanas, onde acredita-se que existem grandes possibilidades de desenvolvimento no setor de óleo e gás. A Companhia enxerga essas oportunidades como um novo marco em sua história e acredita que sua vasta experiência, aliada aos recursos técnicos e financeiros disponíveis, a posiciona de forma única para se beneficiar desse mercado em expansão. Desde sua incorporação a Azevedo & Travassos Petróleo S/A iniciou estudos e análises de diversos ativos produtores de óleo e gás, tendo assinado memorandos de entendimento com os controladores dos referidos ativos de produção, visando a aquisição de campos de produção de petróleo, de participação acionária nas empresas controladoras dos referidos campos de produção, ou ainda na formalização de parcerias comerciais buscando o incremento de produção dos poços de petróleo. Em 17 de junho de 2024, a Azevedo & Travassos Petróleo S/A, assinou contrato de aquisição da totalidade das ações da Phoenix Oleo & Gás Natural Ltda., que possui contratos de concessão assinados com a ANP e que compreendem os seguintes blocos e campos ("Polo Periquito"): (i) Bloco Exploratório POT-T-565, (ii) Bloco Exploratório POT-T-610; (iii) Campo de Periquito, (iv) Campo de Periquito Norte; (v) Campo de Periquito Nordeste; (vi) Campo de Conciz; e (vii) Campo de Rio Carmo. A aquisição do Polo Periquito faz parte do plano da Companhia de retomada da exploração de óleo e gás. A ATP iniciou sua gestão na empresa Concessionária Phoenix em julho/24, prevenindo um crescimento orgânico da produção desses ativos para cerca de 1.000 boepd em até 1 ano, após a conclusão exitosa dos investimentos previstos. Além disso, estima-se que o crescimento inorgânico da Companhia, por meio de realização de mais aquisições de ativos ou parcerias, deve ser o principal fator de incremento de faturamento da ATP para os próximos 24 meses.

## 4. CENÁRIO ATUAL

Durante o ano de 2024 a Azevedo & Travassos S.A. repensou seu modelo de atuação dentro deste mercado, e, aliado à incorporação das empresas MKS e Congem, logo renovar com sucesso o seu backlog, provendo novamente a tese de crescimento de oportunidades de obras privadas e públicas de infraestrutura no país. No setor de Óleo e Gás (O&G) as diversas Companhias privadas com ativos no País estão demandando serviços de manutenção e ampliação de instalações de produção e transporte de óleo e gás. Situação similar está ocorrendo no setor de Construção Pesada, onde as Companhias estão realizando substanciais investimentos em suas Concessões nas áreas de estradas, mobilidade urbana, aeroportos, saneamento básico e mineração. Assim, A&T Infraestrutura e Heftos vêm apresentando propostas técnicas e comerciais para diversos empreendimentos atendendo as solicitações das principais empresas que atuam no Brasil nos setores citados. Nos últimos dez meses conseguimos ampliar nossos relacionamentos comerciais, aumentar significativamente o número de propostas de orçamento em elaboração ("Pipeline") e converter propostas desta ("Pipeline") em contratos firmes ("Backlogs").

## 5. BACKLOG DO PIPELINE E RECEITA ANUAL

Atualmente estamos com contratos em pleno andamento junto a importantes empresas do setor de saneamento, aeroportos, mineração e óleo e gás. O pipeline atual é de aproximadamente R\$ 28 bilhões, enquanto o backlog no fim deste trimestre se encontra na faixa de R\$ 74,5 milhões.

## 6. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO - (31/12/2024)

**6.1. Receita:** A Receita Bruta Consolidada em 31 de dezembro 2024 atingiu o patamar de R\$ 165.118 mil. Em 31 de dezembro de 2023, o valor obtido foi de R\$ 474.939 mil. **6.2. Resultado:** Resultado Consolidado em 31 de dezembro de 2024 correspondeu em um prejuízo de R\$ 286.991 mil, contra um prejuízo de R\$ 50.805 mil ocorrido no mesmo período em 2023. A Companhia reportou um prejuízo operacional de R\$ 17.983 mil na subsidiária ATP e um prejuízo operacional de R\$ 47.223 mil na subsidiária Heftos. A subsidiária ATENERGIA reportou prejuízo operacional de R\$ 57.117 mil, sendo cetera que a mesma ainda não logrou reatuar as atividades em todos os campos produtores de petróleo, o que está previsto para acontecer em meados de 2025. O prejuízo apurado no exercício de 2024 se deu principalmente por conta do reconhecimento de perdas relativas a eventos não recorrentes, tais como: (a) perda com baixa de ativos imobilizados não operacionais durante a aquisição da Phoenix pela ATP no valor de R\$ 55.275 mil; (b) perdas com alienação de terrenos no RS 10.758; (c) provisão de despesas com processos judiciais no R\$ 70.623; (d) inclusão e atualização do saldo de acordos trabalhistas R\$ 34.622; **6.3. Endividamento:** a Companhia, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui um endividamento bancário de R\$ 58.926 mil com vencimentos diversos (contra R\$ 1.987 mil em 31 de dezembro de 2023). As despesas financeiras líquidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 alcançaram a cifra de R\$ 42.683 mil (RS 8.784 em 31 de dezembro de 2023). **6.4. Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2024, o Capital Social da Companhia é de R\$ 651.194 mil (RS 555.442 mil em 31 de dezembro de 2023). **6.5. Patrimônio Líquido:** Em 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizou R\$ 136.381 mil (R\$ 317.120 mil em 31 de dezembro de 2023).

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Notas	2024	2023	2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	279	24	3.151
Clientes	7	23.372	23.373	79.462
Estoque	8	-	-	16.357
Estoque de terrenos	9	-	-	1.311
Adiantamento a fornecedores	10	2	39	6.543
Impostos a recuperar	11	2	6	16.091
Despesas antecipadas	12	36	552	969
Outras contas a receber	12	-	110	17.820
		<b>24.022</b>	<b>24.106</b>	<b>126.058</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	79.687	50.380	190.548
Outras contas a receber	12	52.266	195.392	12.865
		<b>130.210</b>	<b>307.772</b>	<b>203.443</b>
Investimentos	13	490.270	401,77	-
Propriedade para investimentos	14	-	-	28.000
Imobilizado	15	5.309	6.225	69.853
Intangível	16	29.620	44.336	260.879
		<b>523.499</b>	<b>452.931</b>	<b>398.172</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>679.674</b>	<b>722.809</b>	<b>688.223</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Notas	2024	2023	2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	279	24	3.151
Clientes	7	23.372	23.373	79.462
Estoque	8	-	-	16.357
Estoque de terrenos	9	-	-	1.311
Adiantamento a fornecedores	10	2	39	6.543
Impostos a recuperar	11	2	6	16.091
Despesas antecipadas	12	36	552	969
Outras contas a receber	12	-	110	17.820
		<b>24.022</b>	<b>24.106</b>	<b>126.058</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	79.687	50.380	190.548
Outras contas a receber	12	52.266	195.392	12.865
		<b>130.210</b>	<b>307.772</b>	<b>203.443</b>
Investimentos	13	490.270	401,77	-
Propriedade para investimentos	14	-	-	28.000
Imobilizado	15	5.309	6.225	69.853
Intangível	16	29.620	44.336	260.879
		<b>523.499</b>	<b>452.931</b>	<b>398.172</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>679.674</b>	<b>722.809</b>	<b>688.223</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Notas	2024	2023	2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	279	24	3.151
Clientes	7	23.372	23.373	79.462
Estoque	8	-	-	16.357
Estoque de terrenos	9	-	-	1.311
Adiantamento a fornecedores	10	2	39	6.543
Impostos a recuperar	11	2	6	16.091
Despesas antecipadas	12	36	552	969
Outras contas a receber	12	-	110	17.820
		<b>24.022</b>	<b>24.106</b>	<b>126.058</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	79.687	50.380	190.548
Outras contas a receber	12	52.266	195.392	12.865
		<b>130.210</b>	<b>307.772</b>	<b>203.443</b>
Investimentos	13	490.270	401,77	-
Propriedade para investimentos	14	-	-	28.000
Imobilizado	15	5.309	6.225	69.853
Intangível	16	29.620	44.336	260.879
		<b>523.499</b>	<b>452.931</b>	<b>398.172</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>679.674</b>	<b>722.809</b>	<b>688.223</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Notas	2024	2023	2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	279	24	3.151
Clientes	7	23.372	23.373	79.462
Estoque	8	-	-	16.357
Estoque de terrenos	9	-	-	1.311
Adiantamento a fornecedores	10	2	39	6.543
Impostos a recuperar	11	2	6	16.091
Despesas antecipadas	12	36	552	969
Outras contas a receber	12	-	110	17.820
		<b>24.022</b>	<b>24.106</b>	<b>126.058</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	79.687	50.380	190.548
Outras contas a receber	12	52.266	195.392	12.865
		<b>130.210</b>	<b>307.772</b>	<b>203.443</b>
Investimentos	13	490.270	401,77	-
Propriedade para investimentos	14	-	-	28.000
Imobilizado	15	5.309	6.225	69.853
Intangível	16	29.620	44.336	260.879
		<b>523.499</b>	<b>452.931</b>	<b>398.172</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>679.674</b>	<b>722.809</b>	<b>688.223</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Notas	2024	2023	2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	279	24	3.151
Clientes	7	23.372	23.373	79.462
Estoque	8	-	-	16.357
Estoque de terrenos	9	-	-	1.311
Adiantamento a fornecedores	10	2	39	6.543
Impostos a recuperar	11	2	6	16.091
Despesas antecipadas	12	36	552	969
Outras contas a receber	12	-	110	17.820
		<b>24.022</b>	<b>24.106</b>	<b>126.058</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	79.687	50.380	190.548
Outras contas a receber	12	52.266	195.392	12.865
		<b>130.210</b>	<b>307.772</b>	<b>203.443</b>
Investimentos	13	490.270	401,77	-
Propriedade para investimentos	14	-	-	28.000
Imobilizado	15	5.309	6.225	69.853
Intangível	16	29.620	44.336	260.879
		<b>523.499</b>	<b>452.931</b>	<b>398.172</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>679.674</b>	<b>722.809</b>	<b>688.223</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Notas	2024	2023	2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	279	24	3.151
Clientes	7	23.372	23.373	79.462
Estoque	8	-	-	16.357
Estoque de terrenos	9	-	-	1.311
Adiantamento a fornecedores	10	2	39	6.543
Impostos a recuperar	11	2	6	16.091
Despesas antecipadas	12	36	552	969
Outras contas a receber	12	-	110	17.820
		<b>24.022</b>	<b>24.106</b>	<b>126.058</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferida	29	79.687	50.380	190.548
Outras contas a receber	12	52.266	195.392	12.865
		<b>130.210</b>	<b>307.772</b>	<b>203.443</b>
Investimentos	13	490.270	401,77	-
Propriedade para investimentos	14	-	-	28.000
Imobilizado	15	5.309	6.225	69.853
Intangível	16	29.620	44.336	260.879
		<b>523.499</b>	<b>452.931</b>	<b>398.172</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>679.674</b>	<b>722.809</b>	<b>688.223</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023			

continuação

## AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. - CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

do aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.11. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com créditos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. (ii) Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de existência, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.12. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou no ciclo financeiro realizado e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **3.13. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos mensurados de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, a os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descartados com o intuito de reconhecer os em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas e receitas financeiras nos resultados do período da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.15. Reconhecimento da receita:** **3.15.1 Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A Companhia tem como principal atividade o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e de pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tal fato o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de execução do contrato. O estágio de execução do contrato é avaliado pelo método de porcentagem de conclusão (POC) que considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Para contratos que não sejam até sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia e suas controladas levam em consideração a natureza do trabalho executado com a finalidade de garantir a receita contábil. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado a atividade do contrato. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **3.15.2 Vendas de óleo, gás e derivados:** Reconhecimento da receita conforme o IFRS 15 (PC 47) que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. A receita é mensurada com base na prestação específica e a receita é reconhecida quando o cliente recebe os bens ou serviços. **3.16. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato contém ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de transferência. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso de acordo com a data de início do contrato, a menos que o ativo seja igual ao referido ativo subjacente disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados no custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada do ativo. **Passivos de arrendamentos:** No início do contrato, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos de curto prazo de arrendamento de curto prazo de máquinas e equipamentos) cujo prazo não contém opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.17. Combinação de Negócios:** Combinações de negócios são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Na determinação do conjunto de atividades e ativos a serem adquiridos como um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar lucro. A contrapartida transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Eventual ágio gerado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida no patrimônio. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição, quando presentes todos os elementos de mensuração. As contraprestações contingentes são mensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **3.18. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. **3.19. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto, sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **3.20. Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na preparação das informações contábeis.

**4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**  
Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito das valores contábeis e passivos passíveis de alteração em períodos subsequentes obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos subsequentes, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **4.1. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos em andamento, conforme descrito na Nota explicativa 25. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externo. A Administração acredita que essas provisões para os riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas e não representam riscos significativos. **4.2. Vida útil de ativos e passivos de imobilização e intangível:** Quando existe a possibilidade, a Companhia reavalia a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens de imobilização e intangível no final de cada período de relatório. **4.3. Perda de créditos esperada:** A perda de créditos esperada é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhece imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis. **4.4. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos são baseados nas práticas praticadas no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **4.5. Impostos:** Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de realização tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode sofrer adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado.

### 5. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS ADOTADOS

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que não tenha sido emitida, mas ainda não estejam vigentes. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações no IAS 7 e IFRS 7:** As alterações à IAS 7 e IFRS 7, que tratam do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A implementação do Pronunciamento Técnico, não afetou as informações já anteriormente permitidas e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros parâmetros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entraram em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, com a aplicação antecipada permitida em qualquer período subsequente. A Companhia não adotou nenhuma dessas alterações. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis possam aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos quando ainda aplicarem os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões financeiros. IFRS 19 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado de uma controladora consolidada, em conformidade com o IFRS 10 (CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, a Companhia não é elegível para a aplicação do IFRS 19. **Alterações ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e no Reconhecimento Contábil e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	7	3	84
Banco conta movimento	21	21	1.186
Aplicações financeiras	256	-	1.913
	<b>279</b>	<b>24</b>	<b>3.151</b>

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras são formadas por CDBs. São classificadas pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo a alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificantíssimo risco de alteração de valor.

### 7. CLIENTES

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo locações, venda de mercadorias e serviços de construção faturados e a faturar pela Companhia:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber faturado	4.764	4.765	11.673
Contas a receber a faturar	56.705	56.705	56.779
	<b>61.469</b>	<b>61.470</b>	<b>108.452</b>

(+) Antecipação de recebíveis  
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (38.097) (38.097) (38.097) (38.097)

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo de clientes líquido	<b>23.372</b>	<b>23.373</b>	<b>66.817</b>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não existe a necessidade de constituição de saldo adicional de perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD). A composição consolidada dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	<b>23.372</b>	<b>56.721</b>	<b>68.747</b>
01 a 60 dias	-	4.749	5.164
61 a 180 dias	-	-	6.171
Acima de 180 dias	38.097	-	39.705
Vencidas	<b>38.097</b>	<b>4.749</b>	<b>39.705</b>
	<b>61.469</b>	<b>61.470</b>	<b>108.452</b>

(+) Antecipação de recebíveis  
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (38.097) (38.097) (38.097) (38.097)

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Material de construção e peças de manutenção	-	10.130	12.160
Material de revenda	-	6.130	6.535
Petroléo Bruto	-	97	-
	<b>16.357</b>	<b>18.695</b>	<b>-</b>

### 8. ESTOQUES DE TERRENOS

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	1.311	5.615	5.615
	<b>1.311</b>	<b>5.615</b>	<b>-</b>

A seguir estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	MF	31/12/2024	31/12/2023
Lote 3	5.465	-	3.161
Lote 5	1.348	-	1.139
Lote 6 (ii)	1.536	1.311	1.311
Total	<b>8.349</b>	<b>1.311</b>	<b>5.615</b>

(i) O terreno está dado em garantia em processos judiciais e parcelamentos tributários. Em dezembro de 2024, a Companhia transferiu os lotes 3 e 5, assim como outros terrenos de sua propriedade para a Azevedo & Travassos Energia S.A.

### 10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	2	39	3.643
	<b>2</b>	<b>39</b>	<b>3.643</b>

### 11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	2	2	2.688
CSLL	-	-	1.417
ICMS	-	-	219
INSS	-	-	1.533
ISS	-	-	738
PIS	-	-	1.533
CORFINS	-	-	7.280
Outros	6	623	613
	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>16.091</b>

### 12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas (Nota 17)	52.266	195.392	200
Caixa Corrente - Consórcio	-	-	3.994
Conta Corrente - Consórcio	-	-	4.009
Outras	-	-	1.966
Drake Energia Ltda	-	-	11.399
Petro Victory Energia LTDA (ii)	-	-	47.342
Petro Victory Energia LTDA (ii)	-	-	110
Outras contas a receber	52.266	195.502	30.715
	<b>52.266</b>	<b>195.502</b>	<b>17.816</b>

### 13. CIRCULANTE

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	52.266	195.392	12.895
Acrescentos	1.487	-	-
Reduções	(20.738)	(46.079)	(38.651)
Saldo final	<b>32.015</b>	<b>149.313</b>	<b>74.244</b>

(i) Refere-se ao aporte de capital na INFRAINVEST com o investimento na HEFTOS.  
(ii) Refere-se ao aporte de capital na ATENERGIA com o investimento na ATP.

### (c) Informações sobre as empresas investidas:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participação	100,00%	100,00%	100,00%
Ativo	141.560	126.828	225.116
Passivo	-	-	2.758
Patrimônio líquido	141.560	126.828	222.358

### 14. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS TERRENOS

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo. Em 30 de junho de 2023, a Companhia transferiu os terrenos lote Eliseos e lote 4 registrados em estoque de terrenos para propriedades para investimento no valor de R\$ 12.686. **Movimentação:** Em 30 de junho de 2023, a Companhia realizou a avaliação das propriedades para investimentos, através de laudo de avaliação, utilizando o método comparativo de preços para atualização dos ativos a valor de mercado.

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em 31/12/2022	-	-	45.000
Ajuste a valor justo	-	-	11.724
Transferência	-	-	12.686
Saldo final em 31/12/2023	-	-	<b>69.410</b>
Baixas	-	-	(45.000)
Saldo inicial em 31/12/2024	-	-	<b>24.410</b>

Em junho de 2024, a Companhia transferiu a propriedade dos terrenos BA, BE e B em avaliação no valor de R\$ 13.800 como forma de quitação de dívida junto ao Banco Money Plus (BMP). Em dezembro de 2024, a Companhia transferiu os terrenos A, F, E e Atlas, assim como outros lotes de sua propriedade, como parte de pagamento da dívida decorrente de processo judicial.

Relação dos Imóveis		31/12/2024		31/12/2023		Ajuste		31/12/2022	
Item	Descrição	2024	2023	2024	2023	AVJ	Transf.	2022	2022
1	<b>LOTE 1 (i)</b>	28.000	-	28.000	(960)	-	-	28.960	-
Endereço: Rua Bueno da Ribeira e Rua Bernardo Rolim de Moura, lote 1, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó. Área: 55.568,39m². Cidade: São Paulo									
2	<b>LOTE 4</b>	-	(4.350)	4.350	1.499	2.651	-	-	-
Endereço: Rua Hortolândia, lote 4, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó. Área: 4.343,33 m². Cidade: São Paulo									
3	<b>LOTE 7</b>	-	(9.800)	9.800	1.000	-	-	8.800	-
Endereço: Rua Hortolândia, lote 7, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó. Área: 18.144,85m². Cidade: São Paulo									
4	<b>LOTE 8 A</b>	-	(6.000)	6.000	2.623	-	-	3.330	-
Endereço: Rua Hortolândia, designado na área A (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó. Área: 6.697,14m². Cidade: São Paulo									
		<b>28.000</b>	<b>(4.140)</b>	<b>69.410</b>	<b>11.724</b>	<b>12.686</b>	<b>45.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 15. IMOBILIZADO

Os saldos e movimentações ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

Controladora		31/12/2024		31/12/2023		Ajuste		31/12/2022	
Descrição	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Beneficiários em Prop. Terceiros	Direitos de uso			

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. - CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

20. ARRENDAMENTO POR DIREITO DE USO
Referente aos compromissos assumidos em contratos de locação de equipamentos e instalações administrativas da Companhia.

Saldo em 31 de dezembro de 2022
(+ Ajuste a valor presente)
(+) Bônus
(-) Pagamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2023
(+) Adições
(+/-) Ajuste a valor presente
(-) Pagamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2024
Circulante
Não circulante

21. SALÁRIOS, PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Salários e quitâncias a pagar
Provisão para férias e 13 salário
Encargos sociais

Circulante
Não circulante

22. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - REFIS E OUTROS IMPOSTOS

a. REFIS Federal - Lei nº 9.364/2000 e demais débitos posteriores: A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), instituído pela Lei nº 9.364/2000, bem como os saldos remanescentes das transações excepcionais previdenciárias e demais débitos. Em 09 de junho de 2023, foi definida a proposta de transação individual, da ATSA sendo conferidos os benefícios de redução de 85% dos valores dos débitos de juros, multas e encargos legais, bem como a possibilidade de utilização do crédito de prejuízo fiscal do imposto de renda e de base de cálculo negativa do CSLL, para quitação de até 70% (setenta por cento) do saldo remanescente da dívida consolidada, conforme demonstrativo abaixo:

Controladora Consolidado
31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023

22. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - REFIS E OUTROS IMPOSTOS (cont.)

Controladora Consolidado
31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023

Controle de Qualidade
Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1843-3643-0B64-AE53.



Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1843-3643-0B64-AE53.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 1843-3643-0B64-AE53.



Empresa de Transmissão  
Baiana S.A.



**ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.**  
CNPJ nº 24.870.961/0001-15

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

## Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota 31/12/2024		31/12/2023	
	(Em milhares de reais)		(Em milhares de reais)	
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>308.535</b>	<b>270.923</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	40	67	
Investimentos de curto prazo	5	111,872	88.920	
Concessionárias e permissonárias	6	25,582	19.221	
Impostos a recuperar		5.276	3.929	
Adiantamento a fornecedores		1.060	1.290	
Ativo contratual da concessão	7	164,155	157.250	
Outros ativos		550	246	
<b>Não Circulante</b>	<b>1.556.424</b>	<b>1.501.793</b>		
Concessionárias e permissonárias	6	4.742	1.240	
Ativo contratual da concessão	7	1.518,843	1.468,417	
Depósitos judiciais		1.120	167	
Outros ativos		31,115	31,115	
Direito de uso sobre arrendamento		604	854	
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.864.959</b>	<b>1.772.716</b>		
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>196.687</b>	<b>149.220</b>		
Salários, férias e encargos sociais		1.988	2.374	
Fornecedores		4.951	6.755	
Debêntures	8	115,415	91.758	
Tributos e contribuições sociais a recolher		8.095	5.925	
Provisões pré-operacionais	9	1.073	1.590	
Arrendamentos a pagar	14.c	280	257	
Adiantamento de clientes		10,470	3,674	
Dividendos a pagar	14.b	33,944	17,235	
Contribuições diferidas	10	15,184	14,546	
Outros passivos		5,287	4,906	
<b>Não Circulante</b>	<b>1.216.197</b>	<b>1.233.399</b>		
Debêntures	8	808,358	861,580	
Provisões pré-operacionais	9	27,839	28,874	
Arrendamentos a pagar	14.c	442	722	
Contribuições diferidas	10	140,493	135,829	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	236,511	204,179	
Provisão para contingências	12	81	445	
Outros passivos		2,473	1,771	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>452.075</b>	<b>390.097</b>		
Capital social	13.a	100,244	100,244	
Reservas de lucros	13.b	351,831	289,853	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.864.959</b>	<b>1.772.716</b>		

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	(Em milhares de reais)		(Em milhares de reais)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>				
Dividendos adicionais conforme AGOE de 28/04/2023				
Lucro líquido do exercício				
Destinação do lucro líquido:				
Dividendos mínimos obrigatórios				
Reserva de Incentivo Fiscal				
Reservas de lucros				
Reservas de lucros a realizar				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>100.244</b>	<b>20.048</b>	<b>1.866</b>	<b>15.001</b>
Lucro líquido do exercício				
Destinação do lucro líquido:				
Dividendos mínimos obrigatórios				
Reserva de Incentivo Fiscal				
Reservas de lucros				
Reservas de lucros a realizar				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>100.244</b>	<b>20.048</b>	<b>3.672</b>	<b>253.934</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. ("Companhia" ou "ETB"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 15º andar, conjunto 151, Sala U, Vila Olímpia - São Paulo - SP, foi constituída em 24 de maio de 2016 e tem como propósito específico planejar, implantar, construir, operar e manter infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia é diretamente controlada pela Companhia de Investimento S.A., que detém ações ordinárias. Adicionalmente, a Perfin Apollo Energia Fund de Investimento em Participações em Infraestrutura detém 35% das ações ordinárias. A Companhia possui o direito de explorar, diretamente ou seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

**Contrato de concessão**  
Número 0112/2016 - Prazo (anos) 30 - Vigência até 30/06/2046 - R\$ 204.102 - IPCA - RAP (Índice de correção) (\*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permissa (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial que será reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2024-2025, conforme resolução homologatória nº 3.348. Em 24 de julho de 2020 a Companhia obteve autorização para início da operação comercial do trecho composto pela Linha de Transmissão de 500 kV Juazeiro III - Ourorândia II e em 23 de outubro de 2020, recebeu do ONS, na mesma data, o Termo de Liberação Definitivo - TLD, autorizando o início da operação comercial do trecho composto pela Linha de Transmissão de 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Gentio do Ouro II, a partir de 16 de outubro. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações de custos e determinando o montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2025. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as práticas contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de julgamentos e estimativas em relação a julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente e a Companhia não exclui o impacto de tais revisões no balanço de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. **Contabilização de contrato de concessão:** Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nos critérios econômicos do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicial ou o reconhecimento da receita de O&M calculada de acordo com o projeto. Quando o Poder Concedente realiza a revisão de desempenho, no caso de concessão, a remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data de início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente realiza a revisão de desempenho, no caso de concessão, a remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. **PV (Parcela variável):** A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PVs históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

### 3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

**3.1. Reconhecimento da receita:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos

Financieiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, for possível identificar os benefícios a haver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual quer direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura:** Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinar o custo de operação e manutenção. Os custos operacionais embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3 Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante. **3.1.4 Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.2 Ativo contratual da concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessação de posse desses bens, que são operados e mantidos pelo concessionário, em função do contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção de operação e manutenção. Os concessionários operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para a conta Concessionárias e permissonárias. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permissa (RAP), que é a contraprestação em dinheiro que os concessionários recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes elementos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é de 9,50% a.a.; e (ii) atenuado pelo IPCA. A remuneração recebida ou a receita é alocada para cobrir as obrigações de performance em função dos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: *Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissonárias:* Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construção é reconhecida e registrada em contrapartida a receita de concessões e permissonárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. **3.3 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do custo" e são mensurados pelo custo amortizado, e registrados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.6 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7 Encargos regulatórios:** Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica "Contribuições e encargos regulatórios diferidos", conforme período previsto para a realização dos investimentos. **3.8 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que o reconhecimento de uma perda financeira. **3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas:** As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.9 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguéis,

## Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota 31/12/2024		31/12/2023	
	(Em milhares de reais)		(Em milhares de reais)	
Receita de operação e manutenção		29.283	28.673	
Remuneração ativo contratual da concessão		201.770	193.734	
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>15</b>	<b>231.053</b>	<b>222.407</b>	
<b>Custos Operacionais</b>				
Custo de infraestrutura		308	(3.181)	
Custo dos serviços prestados	16	(10.506)	(10.750)	
<b>Lucro Bruto</b>		<b>220.855</b>	<b>208.476</b>	
<b>Despesas Operacionais</b>				
Administrativas e gerais		(1.083)	(1.243)	
Pessoal		(1.659)	(1.695)	
Honorários da diretoria e conselho de administração		(485)	(570)	
Outras receitas		32	32	
<b>Lucro antes do Resultado Financeiro</b>		<b>217.928</b>	<b>205.000</b>	
Despesas financeiras	17	(111,241)	(109,743)	
Receitas financeiras	17	8.710	5.740	
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>(102.531)</b>	<b>(103.733)</b>	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(1.579)	(658)	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>11 e 18</b>	<b>(32.332)</b>	<b>(29.864)</b>	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>81.186</b>	<b>70.745</b>	

## Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	31/12/2024		31/12/2023	
	(Em milhares de reais)		(Em milhares de reais)	
Lucro Líquido do Exercício		81.186	70.745	
Outros resultados abrangentes		217.928	205.000	
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>		<b>81.186</b>	<b>70.745</b>	

serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento. **3.10 Tributação:** **3.10.1 Tributos sobre a receita:** As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%. • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%. **3.10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a Contribuição Social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real. A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE até 31 de dezembro de 2030, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. **3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota da SUDENE até 31 de dezembro de 2030, que é o valor que será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. **3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2024 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis: • Classificação de passivos como circulante ou não circulante com *Covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1); • Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de *Sale and Leaseback* • Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"); • Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7). **3.12 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes. Dentre eles entrará em vigência em 1º de janeiro de 2027: • IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desse novo pronunciamento e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esse estiver em vigor.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalente de caixa:		
Numerário disponível	40	67
	40	67

### 5. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos de curto prazo		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	111,872	88,920
	111,872	88,920

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do

### 6. DEBÊNTURES

a. O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras/credores	Vencimento	(% a.a.)	Taxa efetiva	Encargos	Princ. amortizar	Custo a amortizar	Circulante		Não circulante			
							31/12/2024	31/12/2023	Encargos	Princ. amortizar	31/12/2024	31/12/2023
2ª Emissão de Debêntures Simples	15/02/2029	IPCA + 5,34%	45,986	71.500	(2.071)	115.415	91.758	228.616	586.300	(6.558)	808.358	861.580
			45,986	71.500	(2.071)	115.415	91.758	228.616	586.300	(6.558)	808.358	861.580

Em 15 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a 2ª Emissão de 715.000 debêntures, totalizando R\$ 715.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográrfica nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6.404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A, sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. As debêntures terão prazo de vencimento de 10 anos e 2 meses contados com a data de emissão, vencendo, portanto, em 15 de fevereiro de 2029. A 1ª amortização do principal acontecerá em 15 de fevereiro de 2024 e a última na data de vencimento. A remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de agosto de 2019 e o último pagamento na data de vencimento (15 de fevereiro de 2029). A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláus

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2024

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos se deu conforme a seguir:

	Lucro Real		Movimentação no	
	Dezembro 2022	Movimentação no resultado (nota 18)	Dezembro 2023	Movimentação no resultado (nota 18)
Imposto de renda diferido	117.717	21.437	139.154	23.580
Contribuição social diferida	36.598	8.427	65.025	8.752
	<b>174.315</b>	<b>29.864</b>	<b>204.179</b>	<b>32.332</b>
				<b>236.511</b>

### 12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável. A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significativas para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota. **(A) PERDA PROVÁVEL:** Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à: **(i) Demandas Trabalhistas:** A Companhia possui 7 (sete) processos judiciais de natureza trabalhista com valor em risco aproximado de R\$ 81. (Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 11 (onze) processos judiciais de natureza trabalhista com valor em risco aproximado de R\$ 445). **(B) PERDA POSSÍVEL:** Embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas como probabilidade possível de perda: **(i) Demandas Trabalhistas:** A Companhia possui 5 (cinco) processos judiciais de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 192 e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio. (Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 10 (dez) processos judiciais de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 183). **(ii) Demandas Arbitrais:** A Companhia possui 01 (um) procedimento arbitral de natureza civil com valor em risco de R\$ 80.341. (Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 01 (um) procedimento arbitral de natureza civil com valor em risco de R\$ 73.351). **Procedimento Arbitral:** Trata-se de procedimento arbitral instaurado para dirimir controvérsia decorrente de contrato celebrado para implantação do empreendimento, e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não é considerado relevante para o negócio. **(iii) Demandas Cíveis:** A Companhia possui 04 (quatro) processos judiciais de natureza civil com valor em risco de R\$ 235, e que na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio. (Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 03 (três) processos judiciais de natureza cíveis com valor em risco de R\$ 188). **(iv) Demandas Tributárias:** A Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza tributária com valor em risco de R\$ 1.009, e que na avaliação da administração da Companhia, não é considerado relevante para o negócio. (Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 01 (um) processo administrativo de natureza tributária com valor possível de risco de R\$ 987). **(v) Demandas Ambientais/Regulatórias:** Em 2024 e 2023, não existem demandas judiciais, administrativas ou arbitrais dessas naturezas com probabilidade de perda classificada como possível.

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 100.244 composto por 255.897 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	31/12/2024	2023
Acionistas		
Alupar Investimento S/A	166.333	85,00%
Parfin Apollo Energia FIP-IE	89.564	35,00%
<b>Total das ações</b>	<b>255.897</b>	<b>100%</b>

**b. Reserva legal e destinação do resultado:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber com dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Destinação do resultado</b>	<b>81.186</b>	<b>70.745</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>81.186</b>	<b>70.745</b>
(*) Constituição de reserva legal (5%)		
<b>Subtotal</b>	<b>81.186</b>	<b>70.745</b>
Reserva de Incentivo Fiscal	(4.352)	(1.804)
Dividendos mínimos obrigatórios	(19.208)	(17.235)
Reserva de lucros	(14.749)	(12.199)
Reserva de lucros a realizar	(42.877)	(39.507)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>		
(*) Constituição de Reserva Legal conforme o limite legal de 20% do Capital Social.		

A composição das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Reservas de lucros</b>	<b>31.12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Reserva legal	20.048	20.048
Reserva de incentivos fiscais	8.024	3.672
Reserva de lucros a realizar	296.811	253.934
Reserva de lucros	26.948	12.199
<b>Saldo de reservas de lucros</b>	<b>351.831</b>	<b>289.853</b>
<b>Reserva de lucros a realizar:</b> Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo do ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.		

## A Diretoria

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração do ativo contratual da concessão:** Veja as Notas 3.2 e 7 das demonstrações contábeis. **Principal assunto de auditoria:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 apresenta o saldo do ativo contratual da concessão no montante de R\$ 1.682.998 mil, reconhecido em contrapartida a receita de construção da infraestrutura de transmissão e de remuneração do ativo contratual da concessão. A modelagem financeira utilizada

na mensuração do ativo de contrato inclui, entre outros elementos, a determinação de custos e, conseqüentemente, as margens de lucratividade referentes a receita de construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Essas margens são calculadas com base nas características e na complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos por meio da Receita Anual Permissiva (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual da concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP. Devido à relevância do saldo do ativo contratual da concessão, a mensuração do ativo contratual da concessão foi considerada significativa para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual da concessão; (ii) Revisão da metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual da concessão, análise da consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação às anteriormente definidas, e avaliação da taxa de desconto utilizada para determinação do componente de financiamento significativo do contrato de concessão. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo contratual da concessão é aceitável no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior:** O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 28 de Fevereiro de 2024, sem modificação. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de

### 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**a. Considerações gerais:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

	31/12/2023		31/12/2022		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa	67	67	49	49	-	Custo amortizado
Investimentos a curto prazo	88.920	88.920	19.665	19.665	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	20.461	20.461	5.594	5.594	-	Custo amortizado
	<b>109.448</b>	<b>109.448</b>	<b>25.308</b>	<b>25.308</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	6.755	6.755	6.469	6.469	-	Custo amortizado
Debêntures	953.338	953.338	907.928	907.928	-	Custo amortizado
	<b>960.093</b>	<b>960.093</b>	<b>914.397</b>	<b>914.397</b>		

**c. Hierarquia do valor justo:** Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. **d. Gestão de Riscos:** **i. Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas:** Como a Companhia está em fase de construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados. **ii. Risco de contencioso:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas. O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais. **iii. Risco de taxas de juros:** A Atualização das debêntures está vinculada a variação do IPCA. **e. Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: **i. Risco de crédito:** A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.685 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS. **ii. Risco de liquidez:** A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. **iii. Risco de preço:** As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **iv. Risco de interrupção do serviço:** Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de seus receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes. **v. Risco técnico:** A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável). **f. Análise de sensibilidade:** **i. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definido-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Posição em	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Risco de redução	Risco de aumento		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
		(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
<b>Indexador</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>13,38%</b>	<b>6,69%</b>	<b>10,04%</b>
			<b>16,73%</b>	<b>20,07%</b>	<b>20,07%</b>
Investimento de curto prazo	CDI	111.872	14.968	7.484	11.232
			18.716	22.453	22.453

**ii. Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o IPCA projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2024; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Posição em	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
		Risco de redução	Risco de aumento		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
		(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
<b>Taxa de Juros a.a.</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>4,49%</b>	<b>2,25%</b>	<b>3,37%</b>
			<b>5,61%</b>	<b>6,74%</b>	<b>6,74%</b>
2ª Emissão de debêntures	IPCA 5,34%	923.773	93.022	71.224	82.123
			103.921	103.921	114.917

### 20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale-refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

### 21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2024.

Risco/Objeto	Importância assegurada					Prêmio	Término da vigência
		Risco de redução	Risco de aumento				
Responsabilidade Operacional	140.142	204	30/06/2025				
Responsabilidade Civil	10.000	7	30/06/2025				
Responsabilidade Civil	50.000	14	28/08/2025				
<b>Total</b>	<b>200.142</b>	<b>225</b>					

**Contadora:** Patricia Nalini Sávio Ferreira - CRC 1 SP 237063/O-2

relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**

CRC 25P-014428/O-6

**Daniel A. da S. Fukumori**  
Contador CRC 15P245014/O-2





## Relatório da Administração

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

## 1. Breve histórico

Após 40 anos de seus primeiros passos no setor de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, a Azevedo & Travassos S.A. ("ATSA") retornou a estratégia de atuação no setor, através da refundação da Azevedo & Travassos Petróleo S.A. ("ATP") em 2023, com o objetivo de realizar operações das chamadas "Junior Oils" - pequenos produtores de Petróleo e Gás Natural - e consolidar esse setor que possui grande potencial no mercado brasileiro.

Seguindo essa estratégia, em setembro de 2024, a participação societária na ATP foi transferida para Azevedo & Travassos Energia S.A. ("ATENERGIA"), passando a ATENERGIA a ser controlada por Azevedo & Travassos Energia S.A. ("ATENERGIA"), passando a ATENERGIA a ser controlada por Azevedo & Travassos Energia S.A. ("ATENERGIA"). A ATENERGIA está em processo de cisão da ATP, visando operar como uma Companhia totalmente independente e listada na Bolsa de Valores de São Paulo. A Cisão foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 18/10/24, e se dá no contexto do Acordo de Associação para Combinação de Negócios entre a ATSA (e suas Subsidiárias A&T Infra e Hefesto) e MKS Soluções Integradas S.A. e Congem Investimentos S.A., assinado e divulgado no dia 14/09/24.

A Combinação de Negócios previa como condição precedente à reorganização societária prevista da ATSA, para segregação dos ativos relativos ao setor de pesquisa, extração e produção de óleo e gás.

Em 28/01/25, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, todas as etapas preparatórias e aprovações necessárias - pela CVM e B3 - foram concluídas, para implementação da cisão parcial da ATENERGIA, a qual passou a ter suas ações negociadas na B3 em 14 de fevereiro de 2025 (B3 - ATZES).

Desde a incorporação da ATP a Companhia engajou fortemente na avaliação de diversos ativos produtores de Petróleo e Gás Natural, resultando na aquisição da Phoenix Óleo & Gás Natural ("Phoenix"), aprovada e anunciada em 17/06/24. A aquisição marcou a retomada, de fato, da atuação da Companhia no Setor de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, inicialmente no Rio Grande do Norte, onde está localizada o principal polo de produção e exploração de petróleo em Campos terrestres do país.

A Companhia formalizou também, a parceria comercial com a Petro-Victory Energy Corp ("PVE"), que consiste nos trabalhos de perfuração e consolidação nos poços AND-4 e AND-5 no Campo de Andorinha e intervenção no poço CR-2 localizado no POT-1-281.

Investimentos relevantes tem sido feitos na Phoenix, visando a melhoria da eficiência operacional e consequente incremento da produção nos poços já perfurados pela Companhia, bem como para os trabalhos de perfuração e intervenções nos poços da parceria comercial com a PVE, sendo atualmente os principais focos das operações da ATENERGIA.

Por fim, em 10/02/25, a Companhia assinou o contrato de aquisição de ativos de exploração e produção de petróleo da Brava Energia, localizada na Bacia Potiguar, próximo aos ativos já detidos pela Companhia. Essa transação, que depende ainda da aprovação da ANP, apresenta grande potencial de sinergias logísticas e operacionais.

A Administração continua buscando oportunidades de crescimento inorgânico e está certa da implementação exitosa de seu plano estratégico de consolidação do segmento de Junior Oils no Brasil.

## 2. AZEVEDO E TRAVASSOS PETRÓLEO S/A

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22/06/2023, decidiu incorporar a Azevedo e Travassos Petróleo S/A ("ATP"), subsidiária integral para exploração de óleo e gás no Brasil e no exterior. Reconhecida como a primeira empresa privada a obter sucesso na produção de óleo e gás natural no Brasil, a Azevedo e Travassos S.A. (ATSA), deu início às suas atividades de pesquisa e exploração na década de 1980, por meio de contratos de risco com a Petrobras. Ao longo dos anos, a empresa assinou contratos de blocos exploratórios, investiu em poços pioneiros e descobriu quatro campos terrestres de óleo e gás, conquistando reconhecimento técnico e comercial. Para financiar essa projeção a ATSA realizou seu IPO em 1984.

Desde 1984 até o ano 2000, ano em que ocorreu a venda dos ativos exploratórios, a ATSA produziu com êxito óleo e gás no Polo Petróleo da Brava Energia. Agora, com a participação da subsidiária integral ATP (Azevedo e Travassos Petróleo S.A.), que conta com uma equipe técnica altamente qualificada e um valioso know-how na exploração e produção de óleo e gás, a Companhia está pronta para aproveitar as novas oportunidades que se apresentam no mercado.

A estratégia da Companhia abrange desde a consolidação de micro e pequenos produtores de campos maduros terrestres até a participação

em licitações para produção e exploração de poços maduros onshore da Petrobras. Além disso, a Azevedo e Travassos Petróleo S.A. está empregada em projetos de desenvolvimento em países de língua portuguesa, especificamente em nações africanas, onde acredita-se que existam grandes possibilidades de desenvolvimento no setor de óleo e gás. A Companhia energia essas oportunidades como um novo marco em sua história e acredita que sua vasta experiência, aliada aos recursos técnicos e financeiros disponíveis, a posiciona de forma única para se beneficiar desse mercado em expansão.

## 3. PHOENIX ÓLEO &amp; GÁS NATURAL LTDA.

A Phoenix Óleo e Gás Ltda ("Phoenix") tem como principais atividades a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, sendo detentora dos direitos de concessão do Polo Perito, que inclui os Campos: (i) Perito; (ii) Perito Nordeste; (iii) Perito Norte; (iv) Rio do Carmo, denominada "Campos". É detentora dos direitos de concessão dos Blocos (vi) POT-1565 e (vii) POT-1610, denominados "Blocos".

A Phoenix é a operadora e detém 100% de participação nos Campos e Blocos do Polo Perito, situado na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte.

Devido à falta de investimentos em períodos anteriores, os ativos da Phoenix apresentaram uma queda da produção média diária dos poços. Portanto, com a aplicação de recursos financeiros pontuais, utilizando-se da expertise do corpo técnico da ATP, será possível destravar geração de valor relevante nos ativos que já estão em produção, apresentando um grande potencial, com um CAPEX reduzido.

## 4. PETRO-VICTORY ENERGY

Em 24/06/24, a ATP assinou um contrato de parceria comercial com a Petro-Victory Energy ("PVE"), uma empresa de exploração e produção de petróleo bruto e gás natural, que detém 100% dos interesses operacionais e de trabalho em 41 licenças no Brasil, nas Bacias Barreirinhas e Potiguar. As ações da empresa são negociadas na Bolsa de Valores de Toronto (TSX) através do ticker VRY.

O acordo contempla planos de trabalhos que serão desenvolvidos em duas concessões da PVE localizadas na Bacia Potiguar, Campo de Andorinha e POT-281. A ATP arcará com os recursos necessários para realização do plano de trabalho nos ativos, que consiste, a princípio, na perfuração e completção dos poços AND-4 e AND-5 no Campo de Andorinha e intervenção no poço CR-2 localizado no POT-1-281.

O contrato garante à ATP receber um percentual dos lucros da operação, onde a parceria firmada entre as duas Companhias prevê que a ATP fará jus a 75,00% (setenta e cinco por cento) do resultado líquido bruto pela produção desses poços até a devolução integral do CAPEX investido pela Companhia e 50,00% (cinquenta por cento) daí em diante. O contrato de parceria para exploração do Campo de Andorinha e o POT-281 ainda conta com uma opção de compra dos ativos pela ATP.

## 5. CENÁRIO ATUAL

O ano de 2024 marcou a efetiva retomada da atuação da Companhia no setor de Exploração e Produção de Petróleo e Gás com a aquisição da Phoenix, e apresenta perspectivas otimistas para incremento da produção de Petróleo e retomada da produção de Gás. Os reflexos destes incrementos serão refletidos na produção e resultados em 2025.

Em 2024, a ATENERGIA espera obter a aprovação da ANP para que passe a operar, através de sua subsidiária integral ATP, os ativos do Polo Porto Carvão e Polo Barreirinha, adquiridos pela Brava Energia, conforme informações divulgadas ao mercado em 10/02/25.

A ATENERGIA seguirá avaliando oportunidades que se apresentarem à Companhia, conforme seu planejamento estratégico de consolidação do segmento de produtores independentes de petróleo terrestre no Brasil.

## 6. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO - (31/12/24)

Criada em 29 de agosto de 2023, a ATENERGIA não apresentou Receitas e resultados relevantes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, sendo assim, não serão apresentadas bases comparativas de exercícios anteriores.

Os ativos financeiros da ATENERGIA foram em junho de 2024, as demonstrações financeiras desta investida passaram a integrar as demonstrações financeiras consolidadas da ATENERGIA a partir do segundo semestre de 2024, logo, os indicadores apresentados neste relatório contemplam apenas 6 (seis) meses de operação da Phoenix.

## 6.1. RECEITA

A Receita Bruta Consolidada do exercício de 2024 foi de R\$ 2.278 mil. É importante ressaltar que, ao longo do terceiro e quarto trimestres de 2024, foram realizadas diversas intervenções nos poços da Phoenix, para a melhoria na eficiência de produção. Durante estes trimestres, a produção de petróleo é paralisada, de forma que a produção total do exercício foi afetada negativamente por estes trabalhos, que passam

a ter um impacto positivo no exercício seguinte.

## 6.2. RESULTADO

O Resultado Consolidado do exercício de 2024 correspondeu a um prejuízo de R\$ 38.651 mil, devido, quase que em sua totalidade, à movimentação contábil da base de ativos imobilizados não operacionais durante a aquisição da Phoenix pela ATP. É importante ressaltar que, a operação de exploração de Petróleo em si, apresenta Lucro Bruto positivo, porém, devido à produção reduzida, somada à incremento de investimento em ampliação do time operacional, observa-se o resultado negativo apresentado.

## 6.3. IMOBILIZADO CONSOLIDADO

Em 31/12/24, a Companhia possuía um endividamento bancário de R\$ 2.289 mil com vencimentos diversos.

## 6.4. CAPITAL SOCIAL

Em 31/12/24, o capital social e o saldo de AFAC da Companhia é de R\$ 193.289 mil.

## 6.5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31/12/24, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizava R\$ 154.638mil.

## 7. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

A Administração da ATENERGIA, incorporada no terceiro trimestre de 2024, seguindo seu princípio e melhoria contínua de seus processos, pretende iniciar a implementação de certificações em seus sistemas de Gestão Integrada de Qualidade, Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho em conformidade com as Normas ISO.

A subsidiária operacional Phoenix se mantém em conformidade com as exigências regulatórias da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP").

## 8. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

O Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos Energia S/A está disponível para leitura no site de Relações com Investidores da Companhia (www.azevedotravassosenergia.com.br).

De forma a ilustrar a visão da Diretoria Executiva, Conselhos, acionistas, o Grupo Azevedo & Travassos, com mais de 100 anos de existência, se prepara para iniciar um novo ciclo de crescimento, buscando novos caminhos e oportunidades. Porém, mantemos a convicção de que alcançamos até aqui graças ao nosso histórico de cumprimento das leis, a manutenção de uma reputação libada e ao respeito aos nossos clientes e parceiros.

Nossa reputação e nossos colaboradores são os nossos ativos mais importantes, e essa atualização do Código de Ética e Conduta é uma ferramenta para auxiliar na tomada de decisões e orientar nosso comportamento. Nele constam os princípios e diretrizes que deverão guiar atuação, não apenas das companhias do grupo, mas também de cada umete seus conselheiros, diretores e colaboradores.

A ética pode ser compreendida como o conjunto de normas e comportamentos que os membros de uma sociedade reconhecem como sendo adequados para garantir o seu funcionamento e a prosperidade de sua organização. Trata-se do exame crítico e estruturado de como se comportar, especialmente quando essas ações podem afetar terceiros.

Ética é um princípio básico que deve orientar todas as nossas escolhas e ações, orientando a elaboração de propostas, nos relacionamentos internos e nos relacionamentos externos com clientes, comunidades, fornecedores, autoridades e poderes constituídos.

O nosso compromisso com a ética e com nossos valores fundamentais – Integridade, Comprometimento, Atuação Responsável, Foco no Resultado e Tradição e Evolução - são fundamentais para atingirmos um crescimento responsável e sustentável.

## 9. INSTRUIÇÃO CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a Empresa Teórica Auditores Independentes S.S. não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## 10. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do 1º do art. 27, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2020, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 31 de março de 2025

IVAN DE CARVALHO JUNIOR

Diretor Presidente

BERNARDINO DE A. PIMENTEL MENDES

Diretor Executivo de Operações

## Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de venda e serviços prestados, líquida	23	-	2.198	-
Custos na venda de produtos e serviços prestados	24	-	(1.487)	-
<b>Lucro bruto do exercício</b>	-	-	<b>711</b>	-
<b>Receita (despesa) operacional</b>	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	24	(432)	(3.496)	-
Amortização do intangível	24	-	(3.528)	-
Honorários dos administradores	24	-	(26)	-
Outras receitas e (despesas) operacionais	24	84	(50.833)	-
Equivalência patrimonial	11	(38.302)	-	-
<b>Lucro (Prejuízo) operacional</b>	-	-	<b>(38.650)</b>	-
Resultados financeiros	25	-	(38.651)	-
Despesas financeiras	25	(1)	(392)	-
<b>Resultado Financeiro</b>	-	-	<b>(392)</b>	-
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	-	-	<b>(38.651)</b>	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	-	(58)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	-	(18.971)	-
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	-	-	<b>(38.651)</b>	-
Atribuído aos acionistas controladores	-	-	(38.651)	-
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-
<b>Lucro (Prejuízo) por ação - R\$</b>	-	-	<b>(0,20)</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	-	-	<b>(38.651)</b>	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	-	-	<b>(38.651)</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Capital Social	AFAC		Prejuízos acumulados		Patrimônio líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de dezembro de 2023	-	-	-	-	1	-
Aumento de capital social	193.218	-	-	-	-	193.218
Constituição	-	70	-	-	-	70
Prejuízo do exercício	-	-	(38.651)	-	-	(38.651)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>193.218</b>	<b>70</b>	<b>(38.651)</b>	-	<b>154.638</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Justas para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais	(38.651)	-	(57.564)	-
Depreciação e amortização	(16)	-	4.263	-
Efeito líquido de balanço de imobilizado	(16)	-	53.355	-
Resultado de equivalência patrimonial	38.302	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	64	-
Outras Receitas	(84)	-	(3.138)	-
<b>Total</b>	<b>(420)</b>	-	<b>(2.420)</b>	-

Redução (aumento) nos ativos operacionais:

Estoque

Impostos a recuperar e outros créditos

Adiantamento a fornecedores

Aumento (redução) nos passivos operacionais

Fornecedores

Arrendamento por direito de uso

Salários, provisão férias e encargos sociais

Obrigações tributárias

Outras contas a pagar

Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Aquisições de ativos investimentos, imobilizado e intangível

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Empréstimos e financiamentos

Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. (Em milhares de Reais)

Controladora	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>1 - RECEITAS</b>	-	-
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	2.278
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	-	-
2.1 - Custo venda de produtos e serviços	-	(29)
2.2 - Matérias, energia, serviços de terceiros e outros	(345)	(54.338)
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)</b>	<b>(345)</b>	<b>(52.900)</b>
<b>4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	-	(4.263)
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)</b>	<b>(345)</b>	<b>(56.353)</b>
<b>6.1 - Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>(38.302)</b>	-
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>	<b>(38.647)</b>	<b>(56.353)</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	-	-
8.1 - Pessoal - salários e encargos	-	721
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	4	(18.488)
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	-	65
8.4 - Lucro (Prejuízo) do exercício	(38.651)	(38.651)
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>(38.647)</b>	<b>(56.353)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a reversão de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os passivos contingentes são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação vier a ser substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

## 3.8. Outros ativos e passivos

Os outros ativos e passivos no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acessíveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

## 3.10. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes.

(i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;

(iii) Obrigações legais são registradas como equívocos, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em andamento.

4. CATEGORIAS DE ATIVOS E PASSIVOS

4.1. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados (dentro desse mesmo ciclo). A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

## 3.12. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Continuação

AZEVEDO &amp; TRAVASSOS ENERGIA S.A. CNPJ: 52.017.473/0001-03

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

passivos são descontados com o intuito de reconhecer os em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

### 3.1.4. Reconhecimento da receita

Reconhecimento da receita conforme o IFRS 15 (CPC 47) que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo, gás e derivados. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

### 3.1.5. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica a única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a pagar e mensurados pelo valor presente de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de emprestimo incremental na data de início por que a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não tenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### 3.1.6. Combinação de Negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Na determinação se um conjunto de atividades e ativos se caracteriza como um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos contribuíram, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Eventual ágio gerado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição, quando presentes todos os elementos de mensuração. As contraprestações contingentes são mensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

### 3.1.7. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

### 3.1.8. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

### 3.1.9. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revistas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

#### 4.1. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

No final de cada período de relatório, quando aplicável, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível.

#### 4.2. Perda de créditos esperada

A perda de créditos esperada é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhece imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

#### 4.3. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, esse é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naquelas praticadas no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é dado para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### 4.4. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetada, independentemente do respectivo resultado.

#### 5. Novos pronunciamentos técnicos adotados

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgáveis) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A implementação do Pronunciamento Técnico, não afetou as informações já anteriormente divulgadas pela Companhia nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não havendo necessidade de divulgação de informações adicionais.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

#### IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros parâmetros.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas não entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de divulgação completos, mensuração e apresentação em outros padrões IFRS. Caso a moeda não seja funcional, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se usar a que melhor representa a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se usar a que melhor representa a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa

Banco conta movimento

Aplicações financeiras

São classificados pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", os valores que representam dinheiro em caixa, depositados imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de alteração de valor.

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo.

### 7. Estoques

Petróleo bruto (i)

Material de consumo (ii)

(i) Refere-se ao estoque de petróleo produzido pelo campo Periquito e Campo Conciz.

(ii) Refere-se ao estoque de materiais e insumos para uso na operação e manutenção dos equipamentos dos poços.

### 8. Adiantamento a fornecedores

Fornecedores nacionais

Fornecedores internacionais

Outras contas a receber

Circulante

Não circulante

(i) São valores depositados em contas bancárias na Caixa Econômica Federal com a finalidade de remunerar os supercariários (proprietários do solo onde se encontram os poços) enquanto aguarda a aprovação junto à Agência Nacional de Petróleo (ANP).

(ii) São valores pagos à Petro Victory Energia com base no contrato de opção e cessão de participação.

(iii) São valores transferidos pela Azevedo & Travassos Petróleo (ATP) para a Drake Engenharia e poderão ser futuramente compensados com valores a pagar decorrentes da aquisição da Phoenix.

Em 22 de junho de 2024, a Azevedo & Travassos Petróleo (ATP) celebrou um contrato com a Petro Victory Energy de opção e cessão de participação que estabeleceu o compromisso de investimento da ATP no campo de Andorinha e o POTT 281, possuindo como contrapartida, além da opção de compra de no mínimo 50% dos poços, a garantia do recebimento de 75% (setenta e cinco por cento) do resultado líquido gerado pela produção desses poços, até a devolução integral do CAPEX investido pela Companhia, e 50,00% (cinquenta por cento) dali em diante.

O compromisso de investimento da ATP consiste nas seguintes parcelas: (i) o ressarcimento das despesas já incorridas pela Petro Victory nos poços que serão perfurados dentro dos Planos de Trabalho (incluindo revestimentos, equipamentos de superfície e subsuperfície, ferramentas, consumíveis e todas as demais despesas) diretamente incorridas na execução desses poços e devidamente comprovadas pela Petro Victory no valor máximo de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); (ii) as despesas com bens e serviços que serão necessários para a conclusão dos Planos de Trabalho do campo de Andorinha e o POTT 281, que estão em fase de elaboração de orçamento e cronograma.

### 11. Investimentos

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e são avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

#### (a) Composição do investimento

Controladora

31/12/2024 31/12/2023

Total investimento

(b) Contexto operacional da empresa investida

Azevedo & Travassos Petróleo S/A.

Azevedo & Petróleo S/A ("ATP"), sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12901, 21 andar - conj. 2102 - Sala 01 - Torre Norte - Brooklin Paulista, e cujo objeto social compreende as atividades de exploração, produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonatos fluídos.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Petróleo S/A é composto, em 31 de dezembro de 2024, de R\$ 193.218 dividido em 193.218.201 ações.

#### (c) Movimentação da investida

Saldo final em 31/12/2023

Resultado de equivalência patrimonial

Saldo final em 31/12/2024

(d) Informações sobre a empresa investida:

ATP

31/12/2024

Ativo

Passivo

Patrimônio líquido

Lucro líquido (Prejuízo) do exercício

12. Imobilizado

Os saldos e movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

Consolidado

Máquinas e Máquinas e equipa-  
mentos Pesados

Móveis e Equip. de Direitos de uso Imob. em

utilitários Informática arrendamentos Andamento Total

Qusto:

Saldo em 31/12/2023

Adições

Saldo em 31/12/2024

Depreciação acumulada:

Vida útil (anos)

Saldo em 31/12/2023

Adições

Saldo em 31/12/2024

Despesa de depreciação do exercício

Saldo em 31/12/2024

Imobilizado líquido em 31/12/2023

Saldo em 31/12/2024

13. Fornecedores

Consolidado

31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023

Materiais

Serviços

14. Transações com partes relacionadas

Trata-se substancialmente da transferência de recursos financeiros entre a Controladora e suas subsidiárias integrais para liquidação de passivos e manutenção da caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas estão divulgadas a seguir:

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

Controladora Consolidado

31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023

Outras contas a receber com empresas do Grupo (nota 10)

Acionistas não controladores

Outras contas a pagar com acionistas e empresas do Grupo (nota 21)

Azevedo & Travassos Petróleo S.A.

Acionistas não controladores

Ativo (Passivo) com partes relacionadas, líquido.

(b) Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do exercício, totalizam R\$ 26 nas informações contábeis consolidadas.

### 15. Fornecedores

Consolidado

31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023

Materiais

Serviços

16. Empréstimos e financiamentos

As operações de crédito bancário não possuem nenhum tipo de covenant financeiro. Adicionalmente, as linhas bancárias têm por objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

Consolidado

31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023

Encargos

Data da Emissão

Vencimentos

31/12/2023 Adições (i)

Captações Pagamento Principal

31/12/2024

Despesas financeiras

Juros e multas

Receita / despesa líquida

16.2. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Controladora Consolidado

31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Alíquotas nominais

IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais

Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:

Resultado de equivalência patrimonial

Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34% sem constituição de créditos tributários diferidos

Resultado objeto de tributação pelo Lucro Presumido, não sujeito a constituição de créditos tributários diferidos

Outras (adições) exclusivas

Imposto de renda e contribuição social apurados

Imposto de renda e contribuição social - corrente

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

Alíquota efetiva

A ATENERGIA e a ATP optaram pela metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no Lucro Real Anual para os exercícios de 2024 e 2023. Já a Phoenix optou pela metodologia de cálculo com base no Lucro Presumido para o mesmo exercício.

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, e encontram-se detalhados da seguinte forma:

31/12/2024 31/12/2023

Ativos

Prejuízo fiscal e base negativa

Continuação		AZEVEDO & TRAVASSOS ENERGIA S.A. CNPJ: 52.017.473/0001-03		Contador	
Conselho de Administração		Diretoria		Contador	
<p><b>Gabriel Antônio Soares Freire Júnior</b> – Presidente do Conselho de Administração</p> <p><b>Thiago Abdelmajed Chiquita</b></p> <p><b>Guilherme Pimentel Mendes de Carvalho.</b></p>		<p><b>Ivan de Carvalho Júnior</b> – Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores</p> <p><b>Bernardino de Almeida Pimentel Mendes</b> – Diretor Executivo.</p>		<p><b>Juliana de Carvalho Piepenbrink</b></p> <p>CRC- SP 278255/0-0.</p>	
<p>Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da</p> <p><b>Azevedo &amp; Travassos Energia S.A.</b></p> <p>São Paulo - SP</p>		<p><b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b></p> <p>Em 2024, a Companhia adquiriu um investimento do setor por meio de uma combinação de negócios, com os ativos intangíveis registrados a valor justo com base no valor de aquisição, de acordo com os requisitos do CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios.</p> <p>Em razão da proximidade da data da aquisição, a Companhia não realizou testes de recuperabilidade (impairment) para esses ativos intangíveis, pois o valor justo foi definido recentemente na transação de combinação de negócios. Essa condição particular traz uma complexidade adicional à auditoria, destacando a importância da adequada alocação do valor de aquisição e da transparência nas divulgações financeiras.</p> <p>Como nossa auditoria conduziu esse assunto:</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíam, mas não se limitam a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Revisão de Contratos de Concessão e Licenças:</b> Obtivemos e analisamos os contratos e licenças adquiridos para confirmar que os critérios de reconhecimento como ativos intangíveis foram cumpridos, conforme previsto no CPC 04 (IAS 38) - Ativo Intangível, e para assegurar que esses direitos foram contabilizados de maneira apropriada.</li> <li>• <b>Validação do Valor Justo na Data da Aquisição:</b> Examinamos o processo pelo qual o valor justo dos ativos intangíveis foi estabelecido, incluindo uma análise das premissas e métodos utilizados pela administração para atribuir o valor de aquisição. Comparamos essas premissas com dados de mercado e com práticas do setor de petróleo e gás, de modo a verificar a adequação e a razoabilidade dos valores atribuídos.</li> <li>• <b>Análise de Vida Útil e Critérios de Amortização:</b> Avaliamos as vidas úteis determinadas para os ativos intangíveis e os métodos de amortização aplicados, considerando as especificidades dos contratos de concessão e licenças.</li> <li>• <b>Verificação das Divulgações nas Notas Explicativas:</b> Analisamos as notas explicativas para garantir que a Companhia apresentou informações detalhadas e transparentes sobre os ativos intangíveis adquiridos, incluindo a explicação do reconhecimento inicial a valor justo com base no valor de aquisição e a justificativa para a ausência de testes de impairment, dada a recente combinação de negócios. Essas divulgações foram avaliadas quanto à clareza e à adequação, para assegurar que os usuários das demonstrações financeiras têm uma visão completa dos principais aspectos relacionados aos ativos intangíveis.</li> </ul> <p>Com base nos procedimentos executados, concluímos que a Companhia aplicou as normas contábeis de forma apropriada para o reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis no contexto da combinação de negócios e que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras proporcionam uma visão clara e justa dos aspectos mais relevantes relacionados a esses ativos.</p>		<p>as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</li> <li>• Obtivemos entendimento dos controles internos planejados para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.</li> <li>• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.</li> <li>• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou indicar modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.</li> <li>• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</li> <li>• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.</li> </ul> <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.</p> <p>Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>	
<p><b>Base para opinião</b></p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Principais assuntos de auditoria</p> <p>Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.</p>		<p><b>3 - Ativo diferido fiscal</b></p> <p>Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem um ativo diferido fiscal total no valor de R\$ 18.971 mil em 31 de dezembro de 2024, com base nas diferenças temporárias.</p> <p>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíam dentre outros, análises por nossos especialistas tributários sobre a apuração dos tributos diferidos, em atenção às inclusões e exclusões da base de cálculo, para o exercício de 2024, e a análise do fluxo de caixa futuro sobre a expectativa lucros tributáveis futuros, conforme CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12).</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia, para determinação do valor do ativo diferido fiscal são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>		<p>do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.</p> <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.</p> <p>Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>	
<p><b>1 - Combinação de negócios - Investimentos</b></p> <p>Como parte de nossos procedimentos de auditoria, avaliamos a contabilização de combinações de negócios realizadas pela Companhia durante o exercício de 2024. Esse processo incluiu a análise do reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e do ágio (goodwill), conforme as práticas contábeis estabelecidas pelo CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios.</p>		<p><b>Outros Assuntos</b></p> <p>Demonstrações do valor adicionado</p> <p>As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> <p>Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023</p> <p>Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins comparativos, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria independente sem modificação, datado em 03 de maio de 2024.</p> <p>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor</p>		<p>São Paulo, 31 de março de 2025.</p> <p><b>TATICCA Auditores Independentes S.S. CRC 25P-03.22.67/0-1</b></p> <p>CVM 12.220</p> <p><b>Aderbal Alfonso Hoppe Sócio</b></p> <p>Contador CRC - 150020036/0-8-1-SP</p>	
<p><b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto:</b></p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíam, mas não se limitam a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A obtenção e revisão de documentação relevante, como contratos de aquisição e acordos de compra, para confirmar a natureza e os termos da transação, assegurando que ela atende aos critérios de combinação de negócios.</li> <li>• A análise dos critérios de alocação do preço de compra, incluindo a verificação dos valores justos atribuídos aos ativos adquiridos e passivos assumidos. Testamos as premissas e metodologias utilizadas, inclusive mediante conferência dos laudos de avaliação emitidos por especialistas independentes.</li> <li>• A revisão dos cálculos do (ágio) goodwill, bem como de qualquer ganho por compra vantajosa, validando a exatidão e a adequação das premissas utilizadas pela administração.</li> <li>• A realização de procedimentos específicos para verificar o reconhecimento de passivos contingentes e outros ajustes de aquisição, que incluem a avaliação de premissas de mensuração e divulgação, garantindo a conformidade com o CPC 15 e a IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.</li> <li>• A análise das divulgações nas notas explicativas das demonstrações financeiras, com o objetivo de assegurar que as informações sobre a combinação de negócios foram apresentadas de forma clara, completa e em conformidade com os requisitos normativos aplicáveis. Com base em nossos procedimentos, concluímos que a contabilização da combinação de negócios foi realizada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade aplicáveis. Além disso, verificamos que as informações foram divulgadas adequadamente nas demonstrações financeiras, proporcionando uma representação justa e razoável das transações.</li> </ul>		<p>A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.</p> <p>Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p> <p>Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com</p>		<p>Para verificar as assinaturas vá ao site <a href="https://assinaturas.certisign.com.br:443">https://assinaturas.certisign.com.br:443</a> e utilize o código 1843-3643-0B64-AE53.</p>	
<p><b>2 - Ativos Intangíveis no segmento de petróleo e gás em controlada indireta</b></p> <p>No setor de petróleo e gás, a contabilização de ativos intangíveis, especialmente os relacionados a direitos de concessão e licenças de exploração, envolve considerações significativas devido à complexidade e aos julgamentos necessários para mensurar e classificar esses ativos.</p>		<p>o setor de petróleo e gás, a contabilização de ativos intangíveis, especialmente os relacionados a direitos de concessão e licenças de exploração, envolve considerações significativas devido à complexidade e aos julgamentos necessários para mensurar e classificar esses ativos.</p>		<p>Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.</p> <p>Para verificar as assinaturas vá ao site <a href="https://assinaturas.certisign.com.br:443">https://assinaturas.certisign.com.br:443</a> e utilize o código 1843-3643-0B64-AE53.</p>	



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1843-3643-0B64-AE53> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1843-3643-0B64-AE53



### Hash do Documento

457FC95261BF599C57BBAC1A0D5AB7DB7340D7F1C6B312A86EC17B8B73824E7F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/04/2025 é(são) :

JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -

39.732.792/0001-24 em 25/04/2025 00:01 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

